Movimentos sociais e luta de classe

Francielle de Camargo Ghellere (UEM) franciellegheller e@gmail.com
Sebastião Rodrigues Gonçalves (UERJ) srgbelem@hotmail.com

Resumo*:*

O texto parte de uma reflexão política, a partir da compreensão da consciência de classe, lutas de classe e Estado, geradas no interior da sociedade capitalista. Pretende-se contextualizar alguns movimentos contra hegemônicos que se deram ao longo dos anos a partir de seus embates políticos ideológico. Nesse sentido, busca-se compreender a participação popular como elemento fundamental na conquista, consolidação e ampliação, dos direitos sociais, cujo processo histórico se dá através das lutas travadas em vários contextos históricos. Para tanto, utilizamos como encaminhamento metodológico a pesquisa bibliográfica. Partimos do panorama dos principais movimentos sociais ocorridos após o século XVIII, século da emergência do capitalismo e da Revolução Industrial, para chegarmos a alguns movimentos ocorridos no Brasil da época colonial à contemporaneidade.

Palavras chave: Consciência de classe, Lutas de classe e Estado.

Social movements and struggles class

Abstract

Thetext comes from a political debate, from the understanding of classconsciousness, class struggle and state, generated within ofcapitalist society.Intendedto contextualize some movements against hegemonic that if occurredover years from your ideological political clashes.Inthis sense, seeks understand the people's participation asfundamental element in the conquest, consolidation and extension ofsocial rights, whose historical process occurs through the strugglesin various historical contexts.Forthis, We used as routing methodological to bibliographic research.We start with the overview of the main social movements occurringafter the XVIII century, the century of the emergence of capitalismand the Industrial Revolution, to come to some movements in Brazilfrom the colonial era to contemporaneity.

Keywords Class: Consciousness, Class Struggle and the State.

1 Introdução

O presente trabalho vem ao encontro de um esforço teórico por parte dos autores em compreender as relações sociais geradas a partir do Estado capitalista, nesse sentido, compreende-se que a estrutura social é formada por múltiplas organizações e uma série de ações dos sujeitos que fazem história e praticam atos políticos, construindo projetos coletivos, na dialética das lutas de classes**.** A constituição das classes sociais são resultados da estrutura econômica: proprietários e não proprietários do meio de produção, que se relacionam num movimento dialético expressando as contradições de interesses entre o capital e o trabalho.

É comum verificarmos em nossa sociedade o uso de várias terminologias para se referir a constituição das classes sociais, tais como: classes rica e pobre, classes alta, baixa e média, entre outras. Essas categorias de análises representam um sentido confuso, mas de certa forma expressam a ideologia dominante, mantendo intacta a opinião de garantir harmonia social, sem desvelar o antagonismo entre o capital e o trabalho, escondendo toda a alienação econômica e ideológica que sustenta a sociedade capitalista.

Para tanto, tais categorias mantêm a ideia da sociedade em forma de pirâmide, onde o pobre está na base, classe média numa categoria intermediária e o rico no topo da pirâmide. Assim, as lutas de classes perdem o sentido, uma vez que o pobre pode virar classe média, a classe média pode ficar rica, dependendo do desempenho de cada individuo.

Nesse sentido, Montaño expressa que:

> O estudo da classe social, não apenas nos permite compreender a divisão social em classe e a desigualdade característica da sociedade capitalista, mas também nos leva, de forma concomitante, à analise de outra duas questões, inseparáveis dessa categoria, como são a *consciência de classe e as lutas de classe***,** assim como a caracterização do(s) *sujeito(s) da transformação social* [ou revolucionário] (MONTAÑO, 2011, p. 82, grifos no original).

A contradição de classe esta presente nas relações sociais, conforme o avanço do capitalismo verifica-se uma crescente afirmação das classes e das lutas de classes. Para tanto, partimos das relações entre as categorias consciência de classe, organização e superação, para mostrar o significado que têm no processo contra hegemônico do capital. Neste sentido, o avanço do capitalismo, contraditoriamente proporciona também o avanço da consciência de classe. Em outros termos, quanto maior a exploração do capital contra o trabalho, tanto maior a possibilidade da organização do trabalhador para se defender da exploração do capital.

O objeto central desta investigação são os movimentos sociais, as formas de organizações e de enfrentamentos que aconteceram na história da Revolução Industrial. Para então compreendermos o que acontecera no interior das organizações, quais as dificuldades

para enfrentar a hegemonia da classe dominante. Quais as dificuldades para um enfrentamento e a possibilidade da construção de uma contra-hegemonia? Para compreendermos a consciência de classe, fez-se necessário compreendermos a história de alguns movimentos sociais que surgiram no Brasil ao longo dos anos do século passado. Sendo assim, partimos do estudo da organização da estrutura social em si para compreendermos a origem dos movimentos sociais.

Os Movimentos Sociais são manifestações que expressam as contradições da estrutura social vigente, em sua estrutura política e econômica, de modo que a relação entre os movimentos e a organização política e econômica. Mas as estruturas política, econômica e jurídica representam os princípios e conceitos do direito e se confundem com os fundamentos da justiça.

A base filosófica em que se estrutura a política da organização do Estado está fundamentada no direito da propriedade privada dos meios de produção de forma que se justapõem sobre a vida da classe trabalhadora e dos próprios donos dos meios de produção. Esses princípios de direitos representam uma forma completa de alienação da vida humana. O trabalhador é alienado porque sua vida depende de encontrar um comprador do seu trabalho, o burguês é alienado porque sua vida existe apenas para o capital. “[...] os movimentos sociais são expressões dos conteúdos básicos das relações sociais e da exploração dos representantes do capital e da propriedade sobre o trabalho e o trabalhador. (GONÇALVES, 2008, p. 66). Assim, os movimentos sociais representam essa dialética das relações de interesses entre o capital e o trabalho.

2. A retomada da consciência de classe

A consciência em si não é um ato de vontade, muito menos a consciência de classe, portanto, seria imprudente tecer críticas aos trabalhadores que não estão organizados em sindicatos, partidos e não participam de movimentos sociais. "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1974, p. 17).

Os homens fazem a história, mas poderia neste sentido, ser considerado como: os homens “participam da história”, mas isto não acontece de acordo com sua vontade, não

conforme sua escolha, essa participação acontece de acordo com as condições objetivas dadas, no conjunto do movimento das relações sociais.

Esta reflexão oferece-nos um ponto de partida para a discussão sobre Estado, consciência de classe e luta de classe, uma vez que parte-se do pressuposto que a realidade social determina a consciência do ser e não ao contrário. Mas é através do conhecimento e compreensão da história que se adquire instrumentos teóricos de análise da realidade dos fatos e se torna possível compreender os elementos formativos da sociedade. Nesse sentido, Marx demonstrou que o desenvolvimento da consciência caminhou junto com o desenvolvimento da indústria a partir das relações de exploração:

> A indústria, desenvolvendo-se, não somente aumenta o número dos proletários, mas concentra-os em massas cada vez mais consideráveis; sua força cresce e eles adquirem maior consciência dela. Os interesses, as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais, à medida que a máquina extingue toda diferença do trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo (MARX, 1998, p. 6).

A Revolução Industrial pode ser considerada como fato marcante no século XIX, para compreender as principais mudanças oriundas do modo de produção, transformações estas ocorridas nos processos de produção artesanal e manufatureira para a produção fabril. A Inglaterra foi o berço das grandes mudanças, por isso foi também o primeiro pais que “estendeu o braço” da exploração do capital em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. O capitalismo que surgiu a partir da expansão comercial mudou essencialmente sua forma a partir da Revolução Industrial.

Essas mudanças ocorreram nas relações de trabalho. O fim do trabalho escravo era uma necessidade da expansão do capitalismo industrial. O trabalhador assalariado no Brasil seria um potencial consumidor das mercadorias da Inglaterra, mas contraditoriamente no próprio território inglês, exploração do trabalho e concentração de lucro era cada vez mais acentuada nas mãos dos donos dos meios de produção da Inglaterra, dando ao país status de nação mais desenvolvida do mundo no século XIX.

Todavia, os mercados ampliavam-se cada vez mais e a procura de mercadorias estrangeira, aumentavam de tal forma que a indústria inglesa tinha que encontrar forma para atender as demandas. “A própria manufatura tornou-se insuficiente; então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial [...] a média burguesia manufatureira cedeu lugar aos

milionários da indústria, aos chefes de verdadeiros exércitos industriais, aos burgueses modernos" (MARX e ENGELS, 1998, p.2).

Os primeiros momento da Revolução Industrial na Inglaterra propiciaram as condições para o êxodo rural. A indústria necessitava de trabalhador, por isso produziu a ilusão de emprego e bom salário, assim, muitos saíram do campo para morar na cidade, outros permaneceram no campo, mas nos trabalhos associados para produção de matéria prima para a indústria, como exemplo dos criadores de ovelhas. Mas a necessidade de aumentar a produção, a possibilidade do desenvolvimento da ciência e tecnologia, alinhada com a ganância, deu origem a maquinaria, retirando parte dos trabalhadores da linha de produção, causando desemprego. Esse desemprego produziu as primeiras revoltas dos trabalhadores, não contra o capitalista, mas contra a máquina, que na sua consciência era inimiga direta.

A intensificação do lucro e aumento de exploração, associado ao um maior número de trabalhadores que perderam seus meios de subsistência, gerou ações de descontentamento e destruição das máquinas. Eles acreditavam que a culpa pelo desemprego generalizado era a inserções das máquinas, visualizavam empiricamente de forma imediata, sem condições de fazer análise mais complexa do processo de desenvolvimento industrial e sem consciência do verdadeiro inimigo de classe.

No Manifesto do Partido Comunista[1] encontramos a seguinte afirmação:

> O crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho, despojando o trabalho do operário de seu caráter autônomo, tiram-lhe todo atrativo. O produtor passa a um simples apêndice da máquina e só se requer dele a operação mais simples, mais monótona, mais fácil de aprender. Desse modo, o custo do operário se reduz, quase exclusivamente, aos meios de manutenção que lhe são necessários para viver e perpetuar sua existência (MARX e ENGELS, 1998, p.5).

Por volta de 1824 as associações sindicais passaram a negociar os interesses do trabalhador assalariado reivindicando redução da jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, salário digno para garantir as condições mínimas de vida entre outros. Pode-se afirmar que essa organização político-social representa o primeiro passo da tomada de consciência, a qual Marx chamou de consciência de classe para si, uma vez que houve a tomada de consciência da sua existência enquanto classe, em relação antagônica com a classe burguesa.

Em contra partida, podemos dizer que essa tomada de consciência não definiu os determinantes das lutas de classes como objetivos históricos para a emancipação do proletariado: consciência de classes e as lutas de classes, como saltos de consciência para organização político-

social. Nesse sentido, Montaño (2011, p. 98), descreve que classe, consciência e lutas de classe, são três dimensões do mesmo processo, ou seja, a consciência das pessoas sobre a realidade está determinada pela própria realidade. Como descrito por Marx "não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência" (MARX, 1977, p. 24). O homem é formado pela realidade social e não ao contrário, a realidade determina a consciência das pessoas.

Podemos considerar que a situação de classe determina a consciência dos indivíduos, podendo tornar-se revolucionária, reacionário ou permanecer alienada[2]. Sendo assim, para atingir um grau de consciência de classe, a qual se caracteriza pela luta contra a classe opressora num primeiro momento e pela tomada do poder no segundo momento, faz-se necessário partir de uma análise crítica da realidade. Uma consciência crítica não é automática, ela se constrói numa relação dialética da realidade, entre o específico das relações imediatas de exploração e o todo que é a estrutura política, econômica e social, ou seja, da objetividade (realidade materializada e concreta) e da subjetividade (sujeito real e concreto).

George Lukács na obra, "História e Consciência de Classe" (2003) nos traz um panorama em relação às classes sociais e em relação à formação da consciência de classe a partir da totalidade das relações sociais, o autor descreve que "o ponto de vista da totalidade não determina, todavia, somente o objeto, determina também o sujeito do conhecimento". Nesse sentido, Luckács determina que o sujeito tem que pensar o objeto como totalidade, sendo que "somente as classes representam esse ponto de vista da totalidade como sujeito na sociedade moderna (LUCKÁCS, 2003, p. 107). O ponto de vista individual, portando, não representa os interesses históricos da classe social.

3 Movimentos sociais no Brasil

O conceito de movimento social se refere, sobretudo, à ação coletiva de um determinado grupo organizado entre si, pelo qual se objetiva alcançar mudanças sociais, por meio do embate político, reivindicando seus valores e ideologias dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específico. Pode-se ressaltar, contudo, que tais movimentos estão permeados por tensões sociais, ideologias e contradições que são gerados no interior da luta das próprias classes.

As classes sociais essenciais, no modo de produção capitalista são: burguesia e proletariado, que economicamente se relacionam com interesses antagônicos. Marx no Manifesto do Partido Comunista deixa claro que “as pequenas classes intermediárias anteriores, os pequenos burgueses industriais e comerciantes, os rentistas, os artesãos e os camponeses, todas essas classes engrossam as fileiras do proletariado” *(*MARX e ENGELS, 1998, p. 14).

Embora não consciente de seu estado, a pequena burguesia, intitulada classe média é uma classe essencialmente contraditória e não representa, e nem se faz representar, pelos interesses da burguesia nem do proletariado. É uma classe que se movimenta de acordo com as circunstâncias e a conjuntura econômica. Seu interesse imediato é ascender para a classe da burguesia, ou classe alta conforme conceitos tradicionais, para tanto seus aliados são aqueles que ajudam acumular capital. Do ponto de vista imediato acreditam ser possível se aliar com a burguesia para acumular, mas na prática isso não é possível, portanto, se constituem como inimigo histórico do proletariado.

Os primeiros movimentos sociais no Brasil ocorreram mesmo antes da Independência oficial. Na época havia uma estrutura social, política e econômica dependente da Metrópole. Pela dimensão geográfica, os vários movimentos sociais do Brasil, embora com bandeiras amplas, ainda eram específicas e não tinham condições de representar o interesse do conjunto da população que vivia em nosso país, até mesmo pela diversidade cultural que começava a se definir naquele momento. Também não se configuravam como movimentos de classes.

A principal revolta contra a Metrópole foi a Inconfidência Mineira (1792), foi um dos mais importantes movimentos sociais da História do Brasil, mesmo sendo uma luta econômica, esse movimento não tem origem numa luta de classe. Foi um movimento de uma elite da colônia contra uma elite da metrópole. Significou a luta do povo brasileiro pela liberdade, contra a opressão do governo português, mas esse movimento ainda estava fundamentado no liberalismo, portanto, não se configurava como uma legítima defesa dos verdadeiros produtores, mas sim de uma elite brasileira que tinha acesso ao conhecimento e as informações. Razão pela qual esse movimento pode ser considerado como expressão do liberalismo no Brasil.

Depois da renuncia de D Pedro I (1831), outros movimentos sociais surgiram, entre eles: cabanagem (1835 – 1840), Sabinada (1837 – 1838), Balaiada (1838 – 1841), Praieira (1848 – 1850). Mas foram movimentos específicos sem base nacional e sem as condições de promover uma unidade de interesse nacional do conjunto dos brasileiros que estavam sendo explorados. Podemos enfatizar, contudo, que cada um dos movimentos possuía uma reivindicação específica, no entanto, todos expressavam as contradições econômicas e sociais presentes na estrutura da sociedade que já se delineava como interesses de classes.

Ao longo do tempo, vários movimentos reivindicatórios foram se constituindo em contraponto a sociedade capitalista, podemos citar os vários movimentos de gêneros, como o caso do movimento feminista, homossexuais, como também os movimentos ecológicos, de portadores de deficiência, de negros, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, o Associativismo Comunitário, diversos movimentos de luta por moradia popular, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), vários movimentos de defesa e de organização de crianças e adolescentes, entre outros.

Sem negar a importância dessas lutas reivindicatórias, pois é preciso também compreender seus fundamentos filosóficos e políticos, bem como, a sistematização de seus problemas, compreendemos que tais reivindicações dos movimentos reivindicatórios, estão desarticuladas do todo. As lutas pela emancipação, a princípio foram revolucionárias, mas os fundamentos reacionários, devido a lógica do próprio sistema capitalista, ficaram submetidas ao processo de alienação, do capital sobre o trabalho, não há, portanto, uma unificação para a consciência de classe, o que há são movimentos desarticulados do todo.

A passagem de uma consciência reivindicatória, para uma consciência de classe com a compreensão da totalidade, se dá nas contradições da própria organização no interior de uma cultura com consciência ideológica e política construída pelos vários grupos sociais. Esta consciência reivindicatória por sua vez, se dá em três momentos (MONTAÑO, 2011, p. 104), o primeiro é o momento econômico-corporativo, no qual o grupo social toma consciência dos seus interesses e do dever de organizá-los, mas não desenvolveu ainda unidade com o grupo social mais amplo. O segundo é o momento sindicalista, em que se desenvolveu a consciência de solidariedade e de interesse entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. O terceiro momento é aquele que se atinge a consciência de classe onde começa uma visão hegemônica do conjunto dos trabalhadores, o qual os interesses do grupo superam o círculo corporativo.

Ainda no segundo momento em que se atinge a consciência sindicalista, coloca-se a questão do Estado, na obtenção de uma igualdade formal político-jurídica, dentro dos quadros fundamentais existentes, ou seja, não se deseja romper com a estrutura social vigente, apenas reformá-la. Há, portanto, uma desigualdade real, mas o político jurídico encobre pela igualdade formal, onde o rico é considerado igual ao pobre perante a lei. Na prática o rico é igual ao pobre, mas paga a fiança para não ficar preso, o pobre não tem o dinheiro fica preso porque não paga a fiança. Essa é a igualdade de direitos.

Nesse sentido, tendo como ponto de referência o Estado capitalista, o qual, um grupo social dominante portador representante dos interesses econômico, político e social, estão em

última instância, voltados para garantir a produção e reprodução da riqueza e da própria consciência. Ao produzir a consciência burguesa pelas relações de produção, se produz também a ideologia burguesa criando condições favoráveis para acumulação do capital e manter a exploração. Essas condições expressam a hegemonia ideológica da classe dominante, a burguesia que são os donos dos meios de produção. Sendo assim, a luta de classe é também a expressão da construção de um contra hegemonia para desestruturar a ideologia dominante na relação entre capital e trabalho.

Do ponto de vista das disputas de interesses entre capital e trabalho, considera-se que tal embate político - ideológico contribui para a formação da consciência de classe, uma vez que a estrutura econômica é o território da disputa de classe, e esta pode estar voltada tanto para a superação das relações de exploração, quanto para a manutenção da ordem social vigente. Na expressão de Marx e Engels na Ideologia Alemã, a consciência emerge do processo social, portanto, a "consciência é um produto social e continuará a sê-lo enquanto houver homens. A consciência é antes de tudo, a consciência do meio sensível imediato e de uma relação limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência" (MARX e ENGELS, 1998, p.12). Na medida em que os homens tomam consciência da realidade social, começam a estabelecer relações como outros indivíduos, isto marca, a tomada de consciência de que vive efetivamente em uma sociedade contraditória, marcada pela luta de classes.

4 Considerações finais

Ao longo deste trabalho buscamos extrair da concepção materialista história, a dialética das lutas de classes. Particularmente, do pensamento de Marx as categorias da organização, luta de classe e da consciência de classe, como condições para a conquista da formação da consciência e a construção de uma contra hegemonia em oposição ao pensamento vigente que representa a ideologia burguesa. A partir dessa interlocução se constataram que as relações sociais estão permeadas pelas contradições ideológicas e os movimentos sociais não conseguem se construir com base em projetos históricos da emancipação do trabalho diante do capital.

Essas contradições são geradas no interior do modo de produção capitalista. Nesse sentido, todos os sujeitos que tem apenas a força de trabalho para produzir sua existência, vivem sob o domínio do capital, numa dependência econômica, política e por conseqüência assumem a ideologia das classes que representam a sociedade de mercado. Assim, as

organizações sociais existem, mas em conformidade com a ordem social, política e jurídica vigente; os movimentos sociais são esporádicos, específicos, particulares e corporativos, não representam, portanto, interesses de classes nem projeto histórico para superação das relações sociais de injustiça promovida pelo capitalismo.

Desta forma, a máxima, enunciada no Manifesto do Partido Comunista, que a história da humanidade é a história das lutas de classes (1848), continua válida enquanto existir interesses antagônicos entre o capital e o trabalho. As classes sociais, e os conflitos de classe, desempenham papel fundamental na História, para superação da consciência imediatista e da submissão da lógica do capital; sendo assim, a consciência é, antes de tudo, a consciência do meio sensível imediato, ou seja, das reais condições a quais os sujeitos estão historicamente inseridos.

Compreende-se uma classe historicamente a partir do momento em que desvela o antagonismo de interesses, emergindo assim a consciência de si. Neste sentido, as diferentes categorias de trabalho que constituem as classes na sociedade capitalista, identificam-se muito mais pela pobreza e dominação político-ideológica do que pela inserção direta no processo produtivo. As lutas travadas por diferentes movimentos sociais, não estão, na perspectiva histórica, voltadas para a superação da desigualdade social, nesse sentido, perde-se a dialética da totalidade e suas lutas passam a ser apenas reivindicatórias em nível local, no máximo por reformas do próprio sistema.

5 Notas de rodapé

[1]A organização dos trabalhadores industriais remonta a mais de um século antes que o *Manifesto Comunista* fosse redigido, em 1848. Em 1724, os operários chapeleiros de Paris declararam greve por causa da redução injustificada de seus salários (COGGIOLA, s.d, p. 1).

[2]Alienação no sentido marxista, a qual um indivíduo, ou grupo, tornam-se alheios, estranhos, remete-se a separação entre produtor e seu produto. Ver mais em: MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosófico. São Paulo: Martin Claret, 2001.

6 Referências

COGGIOLA, Osvaldo. **O Movimento Operário nos tempos do Manifesto Comunista**. S.d. Disponível em: <http://www.pucsp.br/cehal/downloads/textos/ATT00599.pdf >. Acesso em 20 de junho de 2012.

GONÇALVES, Sebastião Rodrigues. Classes sociais, lutas de classes e movimentos sociais. In: ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria (Orgs.). **Educação e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. O 18 Brumário. In: MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **O manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social**. Duriguetto, 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.